cotidiano

Ministério confirma omissão em relatório

Pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos contesta reportagem da Folha com dados inconsistentes

Carolina Vila-Nova

AMERICANA (SP) O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos publicou na noite de segunda-feira (24) em seu site um ofício, uma nota e duas planilhas em contestação a reportagem da **Folha** que apontou a omissão de dados referentes ao encaminhamento e às respostas a denúncias de violência contra crianças e adolescentes em relatório anual de direitos humanos.

No entanto, o ministério usou dados inconsistentes na contestação, sendo o principal deles a informação de que encaminhou para os distintos órgãos de proteção o total de 305.403 denúncias —quando, segundo o próprio Relatório Direitos Humanos, o volume total de denúncias recebidas no ano passado foi de 159.062.

As planilhas não fazem distinção entre os diferentes grupos alvos das violações, como crianças e adolescentes, idosos ou mulheres. Assim, não é possível saber o encaminhamento dado especificadamente às denúncias de violência infantil.

Outro problema é que, na nota, o ministério afirma que o encaminhamento das denúncias em 2019 foi 17,9% maior do que em 2018. Isso representaria uma taxa de retorno de 15% em 2019. Porém, ao se tomar o dado informado na planilha de que houve 23.964 respostas às 305.403 denúncias encaminhadas, tem-se um índice de retorno de 7,84% —inferior aos 13% em 2018 e aos 15% de 2017.

Novamente, não é possível saber o percentual de retorno de denúncias de violência contra crianças e adolescentes.

Já levando-se em conta as respostas dadas a denúncias encaminhadas não apenas em 2019, mas também nos anos anteriores —um total de 41.686 respostas, segundo o ofício—, tem-se índice de retorno de 13,6%, mesmo patamar de 2018.

Com posse desses dados —que não foram apresentados ao jornal quando sua omissão foi questionada —, a **Folha** procurou o ministério e pediu esclarecimentos sobre as divergências. Não houve resposta até a publicação desta reportagem.

Em nota publicada no seu site, o ministério afirma que "os dados existem, só não foram divulgados [no relatório]" e que a decisão de omiti-los foi devido a "incongruências". Diz ainda que, embora não tenham sido publicadas, as informações "estão disponíveis e podem ser consultados por qualquer cidadão".

Ofício assinado pelo ouvidor nacional de direitos humanos, Fernando César Pereira Ferreira, afirma que "a não publicação dos dados relativos ao retorno dos encaminhamentos das denúncias se deu em virtude do exame dos dados do relatório de 2019 não apresentar clareza, carecendo de uma análise mais apurada".

"Foram graves inconsistências apuradas preliminarmente (...), que indicam uma mensuração equivocada dos números, que tratam de quantidade de vezes em que os órgãos foram contatados, incluindo ineficiências como reencaminhamentos ao mesmo órgão", diz ainda o ofício.

"Ao contrário do que quer fazer crer a reportagem, reafirma-se que a qualidade do serviço do Disque 100, assim como sua efetividade, vem aumentando gradativamente e a passos largos, tudo isso dentro do projeto do Sistema Integrado de Direitos Humanos (SINDH), que, para além de ser um sistema informático que congrega diversas facilidades e a utilização de inteligência artificial, (...) preocupa-se com o acolhimento humanizado da vítima ou do denunciante e o seu encaminhamento célere e eficaz aos órgãos de proteção, sobretudo, daqueles voltados para as crianças e adolescentes", diz o ouvidor, citando a ampliação dos canais e a redução da espera para atendimento.

Uma hipótese para o fato de o ministério ter reportado quase o dobro de encaminhamentos de denúncias em relação às denúncias de fato recebidas pode ser a contagem redundante de encaminhamentos aos vários órgãos —como conselhos tutelares, órgãos de segurança pública, corregedorias e outros.

> O dever dela [Damares] é prestar contas sobre a eficiência do sistema do Disque 100, revelar todos os dados e aprimorar a gestão dos programas e serviços sob sua responsabilidade
>
> **Ariel de Castro Alves**
> advogado e membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos

Esse problema já havia sido apontado pela **Folha**. "A questão é que não temos um fluxo coordenado, a partir de um sistema nacional de informações, que unifique toda a base de dados das diferentes portas de entrada relacionadas às violações de direitos de crianças e adolescentes", diz a socióloga Graça Gadelha.

Segundo ela, isso faz com que haja problemas como incongruências nas categorias com que as denúncias são fichadas, registros de uma mesma denúncia em diferentes portas de entrada, referenciamento a instâncias que já a haviam recebido etc. "Há furos na parte conceitual e na parte operacional", afirmou.

O relatório Disque Direitos Humanos é elaborado pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos com base em denúncias feitas ao Disque 100, canal criado para atender os relatos de violação de direitos humanos. O último deles, publicado em maio, aponta que foram formalizadas 86.837 denúncias de violência contra crianças e adolescentes.

Porém, ao contrário dos relatórios de anos anteriores, o documento deixou de informar o encaminhamento dado aos diversos órgãos de proteção e as respostas desses órgãos às denúncias recebidas.

Após a publicação, a ministra Damares Alves ameaçou entrar na Justiça, afirmando em publicações em uma rede social que o jornal terá de reparar "danos à credibilidade" ao sistema de proteção.

"O dever dela [Damares] é prestar contas sobre a eficiência do sistema do Disque 100, revelar todos os dados e aprimorar a gestão dos programas e serviços sob sua responsabilidade", afirmou o advogado Ariel de Castro Alves, especialista em direitos humanos pela PUC-SP e conselheiro do Condepe (Conselho Estadual de Direitos Humanos). "Ela tenta desqualificar quem denuncia com acusações levianas para continuar se omitindo de suas responsabilidades."

"De qualquer forma, eles confessam que sonegaram e censuraram as informações dos índices de respostas, retornos e encaminhamentos. Só agora revelam esses índices, pressionados pela repercussão", acrescentou.

"O principal em um sistema de recebimento e processamento de denúncias é sua efetividade. A sociedade precisa saber se as denúncias foram apuradas. Sem essa efetividade, o sistema se torna pífio."

Daiane, Maicon e seu filho de 10 meses moram na rua Siqueira Cardoso e enfrentam chuva e frio embaixo de uma lona de plástico Marlene Bergamo/Folhapress

'Cidade paralela' de sem-teto é exposta a frio e a Covid

Emilio Sant'Anna e Marlene Bergamo

SÃO PAULO Uma barraca de lona azul com uma faixa do Corinthians e um crucifixo na frente, na rua João Tobias, sem número, bairro Belenzinho, sem CEP, em São Paulo.

Até esta terça-feira (25) —dia em que a cidade pode registrar a temperatura mais baixa do ano (8°C)—, este ainda é o primeiro e único endereço que Maicon Dias, de 10 meses e sem teto, teve na vida.

Ao lado dos pais Maicon Dias e Daiane, o bebê é uma das quase 80 pessoas que se dividem em quase 100 m de calçadas. E faz parte de grupo bem maior: o dos cerca de 25 mil moradores de rua de São Paulo.

É uma espécie de cidade paralela que o frio dos últimos dias tratou de juntar ainda mais e deixar exposta ao contágio do novo coronavírus. O vírus já causou mais de 115 mil mortes no país, 11 mil delas apenas na capital paulista.

São Paulo permanece em estado de alerta devido às baixas temperaturas desde o dia 20 de agosto. No sábado (22), duas pessoas em situação de rua foram encontradas mortas na região central da cidade. A suspeita é que morreram em decorrência do frio recorde da madrugada.

O padre Julio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua, afirmou em sua redes sociais que desde o dia 20 cinco moradores de rua morreram.

Segundo o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), no sábado, os termômetros marcaram 8,2°C na estação meteorológica do Mirante de Santana (zona norte). Segundo o instituto, era a menor temperatura desde 2013, quando foi registrado 7,6°C, em 15 de agosto.

Em áreas mais afastadas do centro, as temperaturas foram mais baixas. Na estação meteorológica do Inmet no Sesc Interlagos (zona sul), a mínima foi de 7,8°C, a menor do ano.

Enquanto isso, onde a família Dias mora, o zíper quebrado impede que a barraca de camping seja fechada. Para tentar deixar seus ocupantes longe da chuva, foi instalada uma lona azul. Dentro, um colchão, cobertas, Maicon pai, Daiane, Maicon filho e o cão Phelps. Fora, um fogareiro, panelas, uma cadeira, duas faixas do Corinthians e um crucifixo com um dos pés de Jesus quebrado. "O frio é ruim, mas a chuva é que pega. Esses dias em que estava frio e chovendo, aí sim foi dureza. A gente passa a noite segurando a lona para não voar e entrar água", diz o carroceiro Maicon Dias, 35.

Por ali, a situação só não é pior porque os sem-teto recebem o auxílio da Igreja Católica, personificada em padre Júlio. Na noite de domingo (23), quando o religioso foi até o local e distribuiu cobertores e leite achocolatado, muitos estavam sem máscara e eram repreendidos pelo religioso.

A 5 km, na praça da Sé e no Pateo do Collégio, a ajuda também chega de grupos voluntários variados. O improviso e a aglomeração são ainda maiores. O número de pessoas dormindo apenas com um cobertor de estopa também.

Quanto mais estão juntos, mais protegidos do frio e ao mesmo tempo sujeitos ao contágio do vírus. Na disputa entre se manter aquecido ou a salvo da infecção, porém, ganha a necessidade mais urgente.

"Medo eu tenho, mas tô acostumado a dormir por aqui. No abrigo tem hora pra entrar, pra sair, e não pode usar droga", diz bem em frente à escadaria da catedral Clodoaldo Lopes da Silva, 44, nascido na cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul.

Também são comuns frases como: "nossa resistência é maior porque moramos na rua", "quem mora na rua não pega isso tão fácil" ou "aqui a gente tem que pensar em outros problemas primeiro".

Em frente ao Pateo do Collégio, no parapeito de uma das janelas do prédio do Tribunal de Justiça, um homem que pede para não se identificar monta "seu apartamento" todo dia à noite. Para ele, não é questão de estar protegido ou não, mas sim de duvidar da existência do vírus. Assim, o homem, de 39 anos, repete discurso negacionista que se espalha como rastilho de pólvora. "Eu não vejo as notícias na TV como você, mas será que isso existe mesmo? Tenho dúvidas."

Segundo censo da prefeitura, há 24.344 moradores de rua em São Paulo, dos quais 7.002 estão no grupo de maior risco e têm mais de 50 anos, e 2.210 têm mais de 60 anos. Do total, 12.651 vivem em situação de rua —os demais, em abrigos.

Mesmo o frio e o risco de contrair o vírus não impedem que esse contingente continue a crescer com novos moradores de rua. Na madrugada de segunda (24), Marco Antônio de Oliveira, 52, dormia pela primeira vez na praça da Sé. Fora de casa, então, havia três dias, chorou ao receber um prato de sopa de uma voluntária. Dependente químico, o homem dizia desejar a morte. Foi abraçado pela jovem.

Perto de Marco Antônio, no Pateo do Collégio, o mineiro Flávio Donizete Silva, 43, diz que isso não é incomum por ali. "Tem dias que eu acordo, oro e peço a Deus que me leve. Já deu. É muito sofrimento", diz. Contra o frio, tudo o que ele tinha era um cobertor.

A Prefeitura de São Paulo diz que disponibiliza 101 centros de acolhida para pessoas em situação de rua, com um total de 24.267 vagas. No momento, há mais de 1.400 vagas de acolhimento disponíveis na capital paulista.

Segundo a gestão Bruno Covas (PSDB), foram criadas 1.222 novas vagas de acolhimento, sendo 672 em oito equipamentos em centros esportivos, outras 400 em quatro Centros Educacionais Unificados (CEUs), usados na Operação Baixas Temperaturas, e 150 vagas para abrigar idosos em situação de rua já acolhidos na rede socioassistencial, em três hotéis na região central.

Os equipamentos funcionam 24 horas, e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social informa que há vagas sobrando.

Em nota, a prefeitura diz que "desde o início do Plano de Contingência para situações de Baixas Temperaturas 2020, em 6 de maio, a rede socioassistencial realizou 1.161.777 acolhimentos". No período de plantão (noite/madrugada), foram 10.275 acolhimentos, 977 recusas e 5.798 cobertores e 6.300 lanches distribuídos na cidade.

Assim, entre os que chegam e os que querem sair das ruas, Maicon passa seu primeiro inverno.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR BANDEIRANTE – CNPJ n° 46.065.546/0001-21
Assembleia Geral Extraordinária - Convoca acionistas para **AGE 03/09/2020, 14h00,** Rua Barão de Jaguara, 1481, 6º/ 63 Campinas/SP, **Ordem do dia: a)** Reforma Estatutária; **b)** apresentação resultados financeiros até julho/2020; **c)** Inadimplência; **d)** Aportes de Custeio; **e)** Aprovação e deliberações Orçamentária 2021; **f)** Outros Assuntos. Campinas, 21/08/2020. **José Fernando Lobato -Diretor Presidente**

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 10 de setembro de 2020, às 14h30min *. 2º LEILÃO: 22 de setembro de 2020, às 14h30min *. ***(horário de Brasília)*** Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, escritório na Rua da Mooca, 3.547, Mooca, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará novamente a **PÚBLICO LEILÃO** cumprindo as exigências legais, conforme as datas redesignadas de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com força de escritura pública de 01/09/2011, cujos **Fiduciantes são LUIZ CLAUDIO ALVES BAPTISTA, CPF/MF n° 098.662.178-17, e sua esposa CARLA FRANCIELE DE OLIVEIRA BAPTISTA, CPF/MF n° 314.380.928-06,** em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 286.969,58** (Duzentos e Oitenta e Seis Mil Novecentos e Sessenta e Nove Reais e Cinquenta e Oito Centavos - *atualizado conforme disposições contratuais*), o imóvel constituído por "Um prédio residencial assobradado com área construída de 106,72m² e área de terreno de 160m², situado na Rua Projetada Sete, nº 431 - Jd. Campos Verdes, Nova Odessa/SP", **melhor descrito na matrícula nº 874 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Odessa/SP. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 190.892,00** (Cento e Noventa Mil e Oitocentos e Noventa e Dois Reais – *nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97*). **O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (5507_10 Sc).